

# Psicólogo discutiu o combate ao assédio moral durante a pandemia

A preservação da saúde mental dos servidores e o combate ao assédio moral durante a pandemia foram os temas da vigésima *live* do Sintrajud, que aconteceu nesta quinta-feira, 14 de maio. No bate-papo virtual, o psicólogo Daniel Luca, professor na Universidade Anhembi Morumbi, falou um pouco sobre como identificar, combater e denunciar as práticas de humilhação recorrente e violências psicológicas no exercício funcional que assumem novas formas no regime de teletrabalho compulsório. A transmissão também teve a participação das diretoras Inês Leal e Luciana Carneiro.

Desde o início da pandemia e da política de isolamento social para conter a disseminação do coronavírus, os servidores do Judiciário Federal tiveram que adotar o regime de trabalho remoto sem qualquer preparação, e conciliando as atividades funcionais com os cuidados domésticos e com os filhos. No entanto, mesmo diante das dificuldades, as administrações seguem estabelecendo metas inatingíveis (acima até dos índices estabelecidos fora do período da pandemia). O TRF chegou a expedir comunicado responsabilizando os servidores pela infraestrutura de segurança das redes de dados da Terceira Região, [o que foi questionado pelo Sintrajud](#).

O psicólogo explicou que durante a pandemia é necessário manter a atenção porque o assédio assume novas formas, principalmente, pela falta de compreensão com as mudanças no ambiente e estrutura de trabalho, as cobranças excessivas e até ameaças de retirada de funções comissionadas. “Numa situação de teletrabalho as ameaças podem acontecer sem que as outras pessoas vejam e percebam, pode ter características de certa perseguição ou opressão a um conjunto de pessoas, lidando de forma mais dura com aqueles que não se adaptam ao formato”, afirmou Daniel.

Para o psicólogo, o momento exige compreensão das administrações, pois as adversidades no ambiente de teletrabalho e a falta de fronteiras entre a atividade funcional e a vida pessoal, podem gerar dificuldades para os servidores. “Na pandemia a gente tem um acúmulo de elementos que são fonte de estresse que, obviamente, vão dificultar a produtividade de qualquer pessoa”, afirmou Daniel. “O

Judiciário, enquanto instituição, tem que levar em consideração que não estamos numa situação normal e, ao invés de exigir 30% a mais de produtividade, entender que é uma situação atípica, estressante e desesperadora e que caberia, inclusive, redução de produtividade”, destacou.

Dentre os principais problemas enfrentados pela categoria neste período, está a falta de equipamentos adequados. “A administração tem colocado nas costas dos servidores a responsabilidade pelo maquinário e até pelo antivírus do computador, tem casos de servidores que têm FCs, e que não possuem notebook ou internet em casa, e a resposta da administração que esses servidores utilizem a contrapartida financeira da sua função adquirir os meios necessários para cumprir essa tarefa”, falou Luciana Carneiro.

A diretoria do Sintrajud também defende que as administrações precisam dar suporte aos servidores, que não podem ser penalizados com a responsabilidade na compra de equipamentos e aumento em suas contas de energia elétrica, por conta da situação de teletrabalho. “Hoje estamos todos nesta situação, com pessoas que não têm computador ou cadeira adequada para realizar o trabalho, é impossível exigir aumento de a produtividade, é preciso que os tribunais tenham um olhar e uma sensibilidade para essa situação”, destacou Inês Leal.

## **Assédio e saúde mental**

Segundo Daniel Luca, a manutenção do vínculo com os colegas de equipe, seja por mensagens ou videochamadas, e a troca de experiência sobre o trabalho ajuda a identificar se está ocorrendo assédio. Além disso, o psicólogo orienta os servidores a manter um diário do assédio. “É importante ir anotando as situações, guardando *e-mails* e *prints* de conversa, isso ajuda na noção pessoal da situação e para o caso ação jurídica”, afirmou Daniel.

O psicólogo também chama a atenção para o autocuidado. “Quando o assédio moral acontece ele traz ansiedade, falta de motivação e depressão, por isso é importante perceber sintomas como alterações da fome e do sono, ansiedade quando vai começar a trabalhar. São sinais que o corpo vai dando de que a coisa não estão bem”, ressaltou Daniel. “A prática de exercício físico ajuda na busca pela saúde mental, mesmo com pouco espaço, neste momento, é importante que a gente busque formas de praticar algum exercício”, finalizou o psicólogo.

Apesar da suspensão do expediente presencial no Sindicato, os atendimentos à categoria continuam. A diretoria, junto com o departamento Jurídico, acompanha as denúncias de assédio. Caso

você esteja passando por isso, entre em contato com o Sintrajud pelo telefone (11) 98933-6276 ou pelo e-mail <sintrajud@sintrajud.org.br>.

### **Lives do Sindicato**

Durante o isolamento social, o Sindicato está realizando duas lives semanais, sempre às segundas (17h30) e quintas-feiras (11h), para manter o diálogo com a categoria. Os bate-papos virtuais são transmitidos pelas páginas no [Facebook](#), no [YouTube](#) e também aqui pelo site.

---

## **TRE reajusta auxílio-saúde em 16%; Sintrajud cobra os outros tribunais**

O auxílio-saúde dos servidores do TRE foi reajustado neste mês, após quatro anos de congelamento e de insistentes pedidos do Sintrajud e de manifestações da categoria. O reajuste, de 16%, elevou o valor do benefício de R\$ 215 para R\$ 249,40 per capita, com aplicação retroativa a janeiro, e chega no momento em que o TRE tenta [contratar pela primeira vez um plano de saúde](#) para seus servidores – outra antiga reivindicação dos trabalhadores.

Nesta semana, o Sindicato protocolou requerimento no TRF e no TRT solicitando o reajuste do auxílio também nesses tribunais. O TRF já indeferiu o pedido, com base em decisão do Conselho da Justiça Federal (CJF) do final de abril.

Ao examinar um requerimento administrativo apresentado pelo sindicato de Santa Catarina (Sintrajusc), o Conselho alegou a falta de recursos orçamentários para conceder o reajuste e as limitações impostas pela Emenda 95 (teto de gastos), pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Sintrajusc pediu reconsideração, argumentando que o reajuste não cria nova despesa e que a Justiça Federal poderia utilizar sobras orçamentárias disponíveis em outras rubricas. O sindicato catarinense observou ainda que a Emenda 95, embora tenha congelado os orçamentos dos órgãos públicos por 20 anos,

permite a correção das despesas pelo IPCA do ano anterior.

O relator do recurso no CJF, que manteve a decisão de negar o reajuste, foi justamente o desembargador Mairan Maia, presidente do TRF-3.

## Defasagem

Ao longo desses anos de congelamento do auxílio-saúde, o valor do benefício acumulou enorme defasagem na comparação com a inflação do período e com os preços do setor de assistência médica.



Em outubro de 2019, o diretor do Sintrajud Fabiano dos Santos e o economista Washington Lima (assessor do Sindicato) participaram de reuniões nos conselhos superiores e no TSE que discutiram o auxílio-saúde. (Foto: Arquivo).

Os requerimentos apresentados pelo Sintrajud ao TRT e ao TRF apontam essa diferença e também destacam a distância entre o que recebem os servidores dos regionais paulistas e o que é pago nos tribunais superiores – que a direção do Sindicato considera mais próximo do que seria justo para assegurar o direito à saúde previsto na legislação.

No STJ, por exemplo, o auxílio-saúde é de R\$ 449. Já o TST paga R\$ 295,85, ou 37,5% a mais do que o valor médio pago no TRT-2.

Apesar da autorização concedida pelo TSE para o reajuste no TRE, a diferença na Justiça Eleitoral também continua grande: os servidores de Brasília recebem R\$ 414,91, ou 66% acima do que recebem seus colegas de São Paulo.

O auxílio-saúde do TRT e do TRF é utilizado para pagar a participação desses tribunais no pagamento dos seus planos de saúde.

---

## **Sintrajud questiona TRF por responsabilizar trabalhadores pela segurança da rede**

O Sindicato oficiou à presidência do TRF-3 apresentando questionamentos sobre o comunicado enviado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Tribunal aos servidores informando sobre ataques à rede de dados do Regional. A diretoria do Sintrajud formalizou que é descabido responsabilizar os trabalhadores pela segurança digital do órgão.

Se os computadores pessoais passam a ser extensão da rede da JF, como assevera o *e-mail* remetido aos servidores, cabe às administrações a aquisição de programas antivírus e demais pacotes de segurança.

Não pode ser imputada aos trabalhadores a responsabilidade por “prover a infraestrutura tecnológica necessária e seu acesso à Internet, incluindo a velocidade e a qualidade deste acesso, essencial à utilização do serviço, bem como por qualquer instalação de software e suporte técnico”, como afirma a Administração. Além disso, cabe também ao Tribunal treinar os servidores para proceder qualquer atualização de sistema operacional e demais softwares necessários ao bom desenvolvimento do trabalho.

Os servidores, por imposição da crise sanitária vivida no país, já estão arcando com as despesas de energia elétrica e internet, sem reembolso pelo Tribunal. Não podem ser penalizados por estarem trabalhando de suas casas num esforço para conter a disseminação do novo coronavírus e evitar mais mortes.

A Resolução PRES nº 52/2016, que a administração informa que lastreia o comunicado, foi instituída para uma condição de trabalho remoto pela qual os servidores podiam optar voluntariamente, o que não é o caso neste momento. Por isso, o

Sindicato requer que seja afastada a aplicação do Comunicado SETI 86/2020, baixado pelo Tribunal sem nenhum diálogo com os servidores nem com a sua entidade representativa, ou que o Tribunal assegure integralmente os meios necessários à realização das tarefas funcionais. O documento reitera ainda os questionamentos apresentados em março deste ano quanto à fixação de metas de produtividade e as condições gerais de trabalho durante a pandemia.

---

## **Servidores debatem o direito ao isolamento social durante a pandemia**

---

## **TRE: licitação do plano de saúde do interior e litoral sofre impugnação**

O pregão do TRE para contratar o plano de saúde que atenderá os servidores do interior e do litoral foi impugnado e a licitação desse lote foi suspensa nesta terça-feira, 12 de maio, conforme aviso do presidente do Tribunal publicado no Diário Oficial da União.

A impugnação e a suspensão acontecem quase um mês depois da primeira tentativa do TRE de realizar o certame, que [ficou deserto](#) em 14 de abril. Na semana seguinte, o pregão para a capital e Grande São Paulo também [sofreu impugnação](#), por parte da operadora Unimed.

Segundo informações obtidas pelo Sintrajud, o pregão desta terça-feira foi impugnado pela Unimed-Fesp e o Tribunal ainda

analisa os motivos para decidir se vai fazer nova tentativa. A data do novo pregão para a capital e Grande São Paulo não foi informada até a publicação deste texto. O Sindicato segue acompanhando o processo, buscando assegurar o atendimento de uma demanda que mobiliza a categoria há mais de dois anos.

O diretor-geral do Tribunal, Cláudio Corrêa, havia afirmado à reportagem do Sindicato que as empresas Amil e NotreDame deixaram claro não ter interesse na licitação do interior e litoral, mas que a Unimed-Fesp sinalizou a possibilidade de participar. “A gente precisa romper essa barreira da falta de concorrência, que torna a licitação mais difícil”, afirmou Cláudio.

Ele também havia destacado que a administração do TRE pretendia repetir o pregão até conseguir contratar o serviço. Logo após o primeiro pregão, o diretor-geral disse que as áreas técnicas do Tribunal iriam se debruçar sobre os questionamentos apresentados pelas empresas ao edital, a fim de entender as razões que poderiam ter levado à falta de ofertas.

## **Questionamentos**

O edital do interior e litoral recebeu das empresas 40 pedidos de esclarecimento e de alteração. Uma das solicitações de mudança pretendia alterar a fórmula de cálculo do reajuste anual das mensalidades. De acordo com o edital, o reajuste deve ser pelo IPCA se a sinistralidade do plano (relação entre as despesas decorrentes da utilização dos serviços e a receita) ficar entre 70% e 75%. Fora dessa faixa, o reajuste depende de negociação.

A proposta em relação a esse item apresentava uma fórmula que combinava o IPCA e a sinistralidade num mesmo percentual de reajuste.

Outro questionamento solicitava do Tribunal informações sobre os tratamentos em curso. Houve ainda um pedido para que fosse excluída a exigência de cobertura dos deslocamentos por ambulância do hospital para o domicílio quando as condições clínicas do paciente não permitirem o transporte em veículo comum.

O edital prevê uma demanda potencial de 1.834 beneficiários no interior e no litoral, entre servidores ativos, aposentados, pensionistas e dependentes.

Entre os servidores do Judiciário Federal no estado, apenas os da Justiça Eleitoral ainda não contam com plano de saúde oferecido pelo Tribunal. Para enfrentar os custos elevados da



assistência médica, eles têm apenas o auxílio-saúde, que [acaba de ser reajustado](#) para R\$ 249,40, depois de ficar congelado por mais de quatro anos.



Foto: Gero Rodrigues

---

## Frente Sindical Classista discute quem deve pagar a conta da pandemia

Enquanto o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) prega o fim do isolamento social e o ministro da Economia, Paulo Guedes, ataca o funcionalismo, a Frente Sindical Classista debate nesta quarta-feira, 13 de maio, os caminhos que o governo poderia trilhar para amenizar o impacto econômico da pandemia.

A Frente, que reúne sindicatos e movimentos sociais da Baixada Santista e tem participação do Sintrajud, realiza às 18 horas uma [live](#) em sua [página](#) no Facebook.

O Sindicato será representado pela diretora Lynira Sardinha, oficiala aposentada da Justiça Trabalhista.

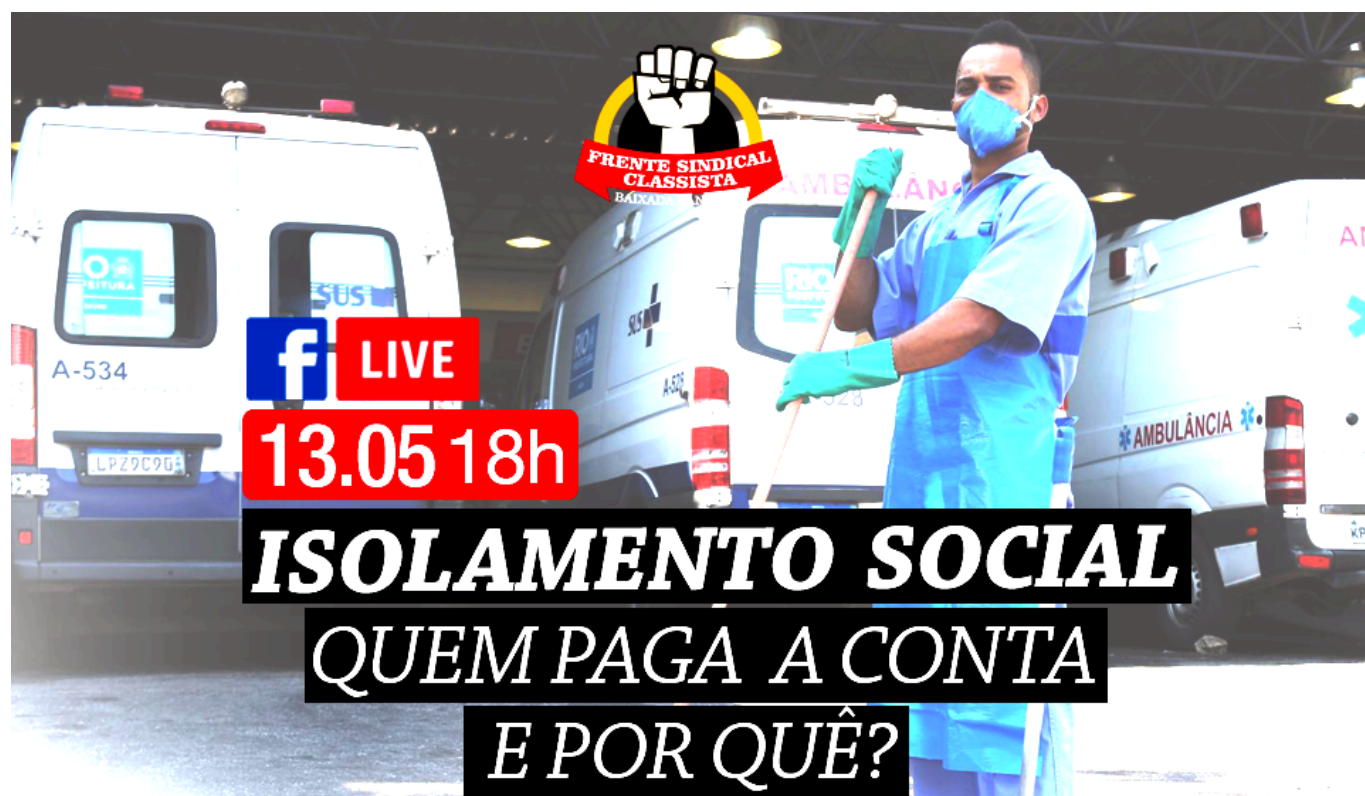
O debate terá também a participação de Eric Gil Dantas,



economista do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos e Sociais (Ibeps) e doutor em Ciência Política pela UFPR; além de Michel Iorio, diretor do Sintrajus (Servidores Judiciários da Baixada) e Vinicius Lima, da Comissão de Lutas dos Servidores de São Vicente.

Eles vão discutir as alternativas e recursos para combater a covid-19 com mais eficiência e auxiliar financeiramente quem mais precisa.

Não perca! Curta e compartilhe [este link!](#)



**Eric Gil**  
Economista do Ibeps,  
é doutor em Ciência  
Política pela UFPR.



**Lynira Rodrigues**  
Trabalhadora do  
Judiciário Federal, é  
diretora do Sintrajud



**Michel Iorio**  
Trabalhador do  
Judiciário Estadual,  
é diretor do Sintrajus



**Vinicius Lima**  
Servidor Municipal  
de São Vicente, integra  
a Comissão de Lutas SV

---

# Servidores relatam experiências no teletrabalho em live do Sindicato

As condições, problemas e desafios do regime de trabalho remoto no Judiciário Federal foram debatidos na *live* que aconteceu nesta segunda-feira, 11 de maio. A diretoria do Sindicato convidou um servidor de cada ramo para contar um pouco da sua experiência diária nestes quase dois meses de expediente suspenso no Judiciário Federal em São Paulo. Participaram do bate-papo os servidores Eduardo Borges, da JF, Natália Bohrer, do TRT-2, Marcos Pereira, do TRE e diretor de base, além do diretor Fabiano dos Santos.

Os servidores relataram as dificuldades com a falta de equipamentos eletrônicos e móveis ergonomicamente adequados para a realização da jornada de trabalho. “O início foi bem complicado, na minha casa eu só tinha um computador velho que era ligado uma vez por ano para fazer a declaração do imposto de renda. No setor estávamos acostumados a trabalhar com duas telas, aqui em casa improvisei, mas não é igual”, afirmou Eduardo Borges. “Essa questão dos equipamentos faria uma grande diferença porque as pessoas não necessariamente trabalhavam em casa. Ficar horas sentado numa cadeira e numa mesa inadequada começa a gerar dores, e nesse aspecto a administração não está preocupada”, destacou o servidor.

Natália Bohrer, do TRT-2, também relatou o mesmo problema. “Tivemos que nos virar com o que tinha em casa desde que o isolamento começou, na minha casa somos, eu e meu marido, servidores, inclusive trabalhamos na mesma vara. Temos apenas um computador, que usávamos para coisas pequenas e, de repente, ele virou o instrumento de trabalho”, disse a servidora.

Além do uso de apenas um computador, Natália e o marido precisam conciliar o teletrabalho com os cuidados com o filho, que tem apenas dois anos. “Com uma criança pequena em casa a gestão se torna muito complicada e o trabalho, interminável. Precisamos de um fluxo pra trabalhar, concentração, e só consigo isso quando ele dorme, às 22 horas. Daí, vou até às 3 horas, enquanto meu marido acorda às 4 horas para trabalhar”,

afirmou a servidora.

Outro problema relatado pelos servidores foi a falta de estruturação e resoluções claras por parte das administrações, que tornam a organização do trabalho tarefa da chefia imediata apenas. “A gente vem trabalhando com ferramentas como WhatsApp há muito tempo, inclusive de formas institucionalizada, em grupos com os chefes, nos quais informações e tarefas são passadas. O problema é que é feito de forma desregrada, sem horário, e às vezes até durante o fim de semana” afirmou Marcos Pereira. “As componentes espacial e temporal se perdem nessa falta de gestão, e ficamos o tempo todo disponíveis para pensar problemas do trabalho”, completou.

A diretoria do Sindicato vem ressaltando a todo momento que a prestação jurisdicional é uma preocupação dos servidores, que fazem chegar à população os direitos sob guarda do Poder Judiciário, mas não pode ser que o funcionamento dos serviços se dê à custa da saúde física e mental dos trabalhadores que asseguram o direito à justiça.

Na Justiça Eleitoral o problema é ainda maior, porque o calendário do pleito municipal deste ano ainda está mantido, apesar da pandemia. “A Justiça Eleitoral está tentando nos fazer cumprir um calendário como se estivesse tudo dentro da mais absoluta normalidade, como se estivéssemos bem. Eu não estou bem, tem amigos meus adoecendo e eu mesmo corro o risco de adoecer”, ressaltou Marcos.

Durante esse período, a diretoria do Sintrajud tem procurado acompanhar as demandas e denúncias de servidores sobre problemas no desenvolvimento do trabalho. Ainda em março, foi protocolado requerimento junto às administrações para suspensão das metas durante a pandemia. “A suspensão dos prazos não se refletiu na realidade dos servidores. O que vimos foi a intensificação do ritmo como se nada estivesse acontecendo, a administração desconsidera as diversas realidades dos servidores, que muitas vezes estão passando por uma série de fatores que alteram a estrutura nesse momento”, afirmou Fabiano dos Santos, servidor do TRT e dirigente do Sindicato.

A diretoria, junto ao departamento Jurídico, também está em contato para atuar nas denúncias de assédio moral. “O trabalho no Judiciário Federal já é propenso a situações de assédio moral, e não é diferente neste momento. Como estamos sujeitos às chefias imediatas, o assédio assume novos contornos”, disse Fabiano. “É papel do sindicato acompanhar essa situação, e pedimos para todo colega que esteja passando por situações de assédio que procure o Sindicato”, destacou o diretor.

Para o servidor Marcos Pereira, a atual situação dos servidores leva à reflexão do que é necessário para o teletrabalho, quais as exigências os servidores podem fazer para os órgãos. “Queria até fazer um chamado aos colegas do TRE, para que possamos debater e construir um documento sobre nossas exigências para o teletrabalho e que este documento seja referendado no próximo congresso do Sintrajud”, finalizou Marcos.

### **Líves do Sindicato**

Esta foi a décima nona *live* do Sintrajud, que adotou os bate-papos virtuais para manter o contato com a categoria durante a quarentena. As lives acontecem sempre às segundas (17h30) e quintas-feiras (11h), com transmissão pelas páginas no [Facebook](#), no [YouTube](#) e também aqui pelo *site*. Além dos debates temáticos, os dirigentes da entidade sempre informam o que vem sendo feito durante esse período para defender os direitos dos trabalhadores do Judiciário.

As atividades presenciais do Sindicato estão suspensas, mas o atendimento às demandas da categoria continua. O telefone do plantão remoto é (11) 98933-6276.

---

# **Sintrajud e CSP-Conlutas homenageiam profissionais de Enfermagem e cobram valorização**

A direção do Sindicato e da CSP-Conlutas, central sindical à qual o Sintrajud é filiado, participam hoje das homenagens aos trabalhadores da Enfermagem. Mais de um milhão de enfermeiros, técnicos e auxiliares atuam no Brasil, no primeiro atendimento às pessoas que precisam de serviços de saúde.

**Confira abaixo a nota do Sintrajud sobre a efeméride:**

*Hoje (12 de maio) é o Dia Internacional da Enfermagem. Infelizmente, essas e esses profissionais não têm o que comemorar em nosso país. Segundo dados divulgados nesta data*

pelo Conselho Federal de Enfermagem (Cofen), no Brasil, 13 mil enfermeiros estão afetados pelo novo coronavírus e 98 já perderam a vida decorrência da nova doença. Há cinco dias, [o país ultrapassou os Estados Unidos em número de profissionais de Enfermagem mortos pela Covid-19.](#)

Esses trabalhadores e essas trabalhadoras estão na linha de frente do combate à pandemia em todo o mundo, e aqui sem equipamentos de proteção individual (EPIs), em jornadas extenuantes devido ao reduzido número de trabalhadores em relação à demanda por atendimento e aos baixos salários, isolados de suas famílias para proteger quem amam.

Em sua maioria, são mulheres negras que recebem salários baixíssimos, o que as obriga a trabalhar em vários hospitais. E ainda são atacadas e atacados pelas hordas de ódio articuladas para apoiar incondicionalmente o governo Jair Bolsonaro, que insiste em negar e desdenhar da pandemia e das mortes.

Governadores e prefeitos também não asseguram as necessárias condições às equipes.

A direção do Sintrajud soma esforços nas homenagens organizadas pela CSP-Conlutas aos trabalhadores da saúde, ressaltando que é preciso assegurar direitos para valorização efetiva desses profissionais: EPIs para todos, respeito às jornadas de trabalho, revogação da Emenda Constitucional 95 para possibilitar a realização de concursos públicos e melhores salários, políticas para garantir o isolamento social e reduzir o contágio (e, conseqüentemente, a superlotação dos hospitais).

#EmDefesaDaVida #TodosContraOCoronavírus #pandemia  
#SOStrabalhadoresDaSaúde #Covid-19 #VivaAEnfermagem  
#FiqueEmCasa #SePuderFiqueEmCasa

---

**Logo após congelar salários,  
Câmara aprovou PEC que pode**

# dar mais de R\$ 1 tri a bancos

Dezoito horas separam duas votações emblemáticas na Câmara dos Deputados. No dia 5 de maio, por volta das 23 horas, a maioria dos deputados aprovava o projeto de socorro a estados e municípios que traz em seu bojo o congelamento de salários, benefícios e outros itens das remunerações de servidores federais, estaduais e municipais. No dia 6 de maio, por volta das 19 horas, os deputados aprovavam a Proposta de Emenda Constitucional 10/2020, que, ao criar um orçamento paralelo para a União na pandemia, permite ao Banco Central comprar títulos de instituições financeiras no inseguro mercado secundário – em transações que, segundo o próprio Banco Central, podem render R\$ 1 trilhão, sem correção monetária dos papéis, aos bancos.

O congelamento salarial, acompanhado de vedação a concursos públicos, foi confirmado, pouco depois, pelo Senado Federal. A votação foi unânime, apesar dos apelos de centenas de entidades sindicais do funcionalismo para que os senadores não ‘punissem’ o funcionalismo, num momento em que ganha destaque a importância dos serviços públicos para enfrentar a pandemia do coronavírus e as crises econômica e social. Já a PEC 10/2020 foi promulgada pelo Congresso Nacional no dia seguinte à votação na Câmara.

Pouco antes dessas votações, os pesos e medidas distintos usados pelo governo federal e pelo Congresso Nacional para tratar empresários e banqueiros, por um lado, e trabalhadores, por outro, foi criticado em atos que marcaram o 1º de Maio, dia internacional da classe trabalhadora.

Professor e pesquisador da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), o sociólogo do trabalho Ricardo Antunes disse que o empresariado aproveita a pandemia para, sob a aparência filantrópica, se apropriar de fundos públicos. “Essa atuação aparentemente filantrópica da grande burguesia e dos empresários, que tentam se apresentar como gentis, atentos aos sofrimentos, para minorar o impacto da devastação que eles mesmos estão fazendo, abocanham recursos públicos das mais variadas maneiras”, disse, durante um ato virtual promovido pelo Fórum Nacional Por Direitos e Liberdades Democráticas. “Não é à toa que, numa política genocida, [esses empresários] querem a volta ao trabalho, porque são os trabalhadores que promovem o lucro”, afirmou.

---

# Retomada de prazos processuais, falta de EPIs e desconto da indenização de transporte preocupam oficiais de justiça

A falta de garantia de condições de trabalho e a suspensão do pagamento integral da indenização de transportes vêm ampliando os níveis de tensão vividos pelos oficiais de justiça no estado de São Paulo. Na Justiça Federal, além de enfrentar a necessidade de seguir cumprindo um significativo número de diligências presenciais durante a pandemia, os servidores do segmento ainda têm que adquirir, pagando do próprio bolso, equipamentos de proteção individual. Importante ressaltar que a categoria de conjunto teve redução salarial nominal imposta a partir de março com as novas alíquotas previdenciárias.

Embora congelado desde 2017 em R\$ 1.479,47, o benefício da faz falta no orçamento, especialmente em razão dos gastos inesperados que estes servidores vêm tendo com parte do trabalho sendo realizada de casa. Mas também porque boa parte dos custos com transporte têm natureza fixa (preço de aquisição e financiamento dos veículos, seguro, imposto, manutenção). Além disso, quando chegar o momento de cumprir os mandados acumulados durante o período de plantão extraordinário, os oficiais temem que a indenização corresponde a esse volume de trabalho não seja paga.

Na Justiça do Trabalho a parcela está congelada em R\$ 1.537,89, desde 2015. Embora o reajuste na JT seja mais antigo, o valor nominal pago na Justiça Federal ainda é menor. Há anos os oficiais e o Sindicato reivindicam que a parcela seja atualizada, e agora o Judiciário sinaliza com a retirada de um direito.

Dirigente do Sintrajud e também oficiala de justiça, lotada no Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, Cláudia Morais frisa que “estamos todos recebendo mandados que estão se acumulando em nossas caixas, embora estejamos cumprindo por *e-mail* ou



telefone o que é possível. Mas a maior parte desses mandados serão cumpridos quando do retorno às atividades de rua, mas a indenização foi cortada. O que se espera, como mínimo, é que a parcela seja paga porque os mandados serão cumpridos, e os motivos que ensejam a indenização continuam existindo. Logo, os tribunais deveriam manter esse pagamento.”

O entendimento da diretoria e do departamento Jurídico do Sintrajud é de que o valor é devido, dado que os serviços serão compensados e as despesas com a manutenção do veículo próprio usado no exercício da função são permanentes.

## **Prazos e saúde**

Os oficiais também se preocupam com a retomada da contagem dos prazos dos processos eletrônicos a partir do último dia 4, e com a possibilidade de encerramento do novo regime de plantão extraordinário, em princípio marcado para o dia 15 deste mês na Justiça Federal. O período especial foi prorrogado até 31 de maio pela Resolução 318 do Conselho Nacional de Justiça e pela [Portaria Conjunta PRES/CORE TRF-3 nº 6](#), publicada hoje. No TRT-2 a suspensão das atividades presenciais por tempo indeterminado, inclusive as diligências, foi estabelecida com o [Ato GP nº 08/2020](#). Os prazos e a tramitação dos processos físicos remanescentes na Segunda Região permanecem suspensos até que sejam digitalizados, ressalvadas as urgências.

Os impactos que a recontagem dos prazos pode ter na pressão sobre o aumento das diligências presenciais e no orçamento familiar foram apontados por todos os colegas ouvidos pela reportagem do Sindicato. A entidade recebeu diversas manifestações no mesmo sentido de oficiais de justiça que participaram da [transmissão ao vivo sobre o trabalho do segmento durante a pandemia, realizada no último dia 23 de abril](#). Vários servidores também têm enviado mensagens ao Sintrajud por meio dos canais de comunicação com a categoria.

“Embora esses novos prazos só se apliquem às partes, e não aos oficiais de justiça, tememos que essa recontagem gere mais pressões sobre os oficiais. Esperamos que o CNJ e os tribunais regionais tenham a sensibilidade de que é inviável a retomada dos trabalhos, especialmente em São Paulo, onde a pandemia avança e os hospitais operam já muito próximo de seus limites. Nossa expectativa é que esses prazos sejam dilatados e que o regime especial prossiga”, ressaltou Marcos Trombeta.

Outro oficial de justiça ouvido pela reportagem do Sintrajud, que preferiu ter o nome preservado, considera que o maior problema para o exercício funcional do segmento durante a pandemia – a falta de equipamentos de proteção individual

(EPIs) – torna o possível corte na indenização de transporte mais injusto. “Eu tive que comprar, por conta própria, máscaras cirúrgicas e álcool gel, mas a gente anda totalmente exposto ao ambiente para cumprir os mandados. A gente entende a urgência dos mandados a cumprir, mas a falta de EPIs pesou, e posteriormente a administração informou que não pagará a indenização de transporte com o valor cheio. Ou seja, a gente vai ter uma defasagem financeira, mas quando passar a pandemia vai ter uma sobrecarga de trabalho”, relatou.

O servidor ressaltou ainda gastos com papel, tinta para impressão dos mandados, internet e telefone, com os quais vem arcando. No caso dele, teve de comprar também uma impressora. “O que compensaria esses gastos seria exatamente a indenização de transporte”, disse.

Douglas Ferreira de Oliveira, oficial de justiça lotado na subseção de Presidente Prudente, lembra que “de acordo com a Resolução 4/2008 do CJF, a indenização de transporte é paga pela realização de serviço externo, ou seja, as atividades exercidas fora das dependências da JF. Ela nos é paga para nos indenizar de gastos com combustível, óleo e reposição de peças do veículo, exatamente para isso, conquanto as disposições normativas, dada a especiosa omissão, nada lho digam a respeito. Do contrário, a administração nos daria veículo oficial e combustível para rodar, como faz a Polícia Militar.” O servidor aponta ainda que, com a suspensão da parcela indenizatória, “perderemos duas vezes: agora e depois. Lá na frente, quando os mandados represados, expedidos em desacordo com essas próprias normas unilaterais e infralegais, nos forem distribuídos, haverá gastos com óleo e combustíveis, além do aumento de estresse e de carga horária para cumprimento. Isto ninguém está pondo na balança”, ressaltou.

Oficiala mais antiga do Fórum da Justiça Federal em Santo André, no ABC Paulista, Elaine Raggiotto Boscioni afirmou à reportagem que naquele fórum os oficiais não têm sido pressionados a cumprir mandados presencialmente, mas também expressou preocupação com o não pagamento da indenização de transporte. “Quando voltarmos [a cumprir as diligências presenciais] vamos trabalhar em dobro. E a gente está gastando com máscara, álcool, informática, coisas para as quais a administração não se atentou”, destaca.

## **Proteção contra o vírus**

Segundo a oficiala, os juízes do Fórum da JF/Santo André vêm sendo compreensivos sobre a gravidade da situação. Mandados de busca e apreensão em processos administrativos, mandados de segurança e para prestação de informações estão sendo

cumpridos, em sua maioria, por *e-mail*. “Em Santo André está tranquilo porque estamos acatando a resolução de que diligências presenciais só as urgentes. A gente cumpre parte dos mandados do plantão por *e-mail* e aguarda a confirmação de recebimento para certificar. Eu tive um caso isolado de mandado a cumprir presencialmente numa universidade, que envolvia colação de grau de estudantes de Medicina”, relatou Elaine.

O INSS, no entanto, deixou de receber os mandados de busca e apreensão eletronicamente. Como não há nenhum servidor do Instituto nos locais de trabalho – fechados ao atendimento e com os servidores também em trabalho remoto, tais diligências estão inviabilizadas, gerando acúmulo de trabalho a ser cumprido após o fim da quarentena.

Elaine afirma que recebeu material de proteção individual, mas não todos os necessários. “Eu recebi cinco máscaras, mas não recebi luvas, álcool gel, nada disso”, informa. “E tive colegas que tiveram que cumprir mandado no CDP [Centro de Detenção Provisória]”, afirma.

O Sindicato e a associação dos oficiais vêm cobrando solução para os problemas enfrentados pelos oficiais.

O coordenador da associação do segmento, Marcos Trombeta, aponta que por vezes há “uma falta de compreensão dos juízes no cumprimento de mandados que poderiam ser cumpridos de outra forma e nos quais houve insistência de que fossem cumpridos presencialmente. Uma falta de cuidado de magistrados, que arriscam as vidas dos oficiais, sendo que nesse momento a gente não está recebendo equipamentos de proteção individual. Ressalto o apoio da direção do Sintrajud e deixo registrado o trabalho da diretoria [do Sindicato] para preservar a saúde dos colegas. O Sindicato apresentou vários requerimentos em parceria com a Assojaf nesse sentido”, relatou Marcos Trombeta.

O oficial lembra que o último pedido para fornecimento de equipamentos de proteção aos oficiais foi formulado há quase dois meses, no dia 12 de março. “Até agora não tivemos resposta da administração no sentido de garantir o EPI para os colegas que tiveram que cumprir diligências”, disse. A Diretoria do Foro respondeu em 06 de abril que, além do que tinha em estoque – luvas de látex e aventais de TNT (tecido não tecido) – estariam em aquisição álcool gel, mais luvas e máscaras.

Questionada pela reportagem do Sintrajud sobre o andamento da compra, a administração negou-se a responder via assessoria de comunicação e solicitou novo pedido por ofício ou via processo

SEI (Sistema Eletrônico de Informações), o que sempre demora um tempo maior do que a dinâmica jornalística e a possível retomada da contagem de prazos permitem esperar.

“A falta de EPI é a principal preocupação dos colegas, mas essa questão da indenização de transporte também é um elemento de tensão, especialmente na Central da capital, que recebe muitos mandados apesar da suspensão dos prazos e da queda na designação de diligências”, concluiu o diretor do Sindicato e oficial de justiça da JF em Osasco, José Lucas Dantas.